



**ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

ATA N.º 04 / 2023

..... Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, pelas catorze horas e trinta minutos, a quarta sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

..... **FALTAS e SUBSTITUIÇÕES:**

..... Faltou, por motivos justificados, o Deputado Sérgio Augusto Pires

QUÓRUM-Verificada, pela Mesa, a existência de quórum-vinte e três membros - deu-se início à sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:.....

..... **PONTO UM - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;**.....

..... **PONTO UM PONTO UM – ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JANEIRO DOIS MIL E VINTE E DOIS;**

..... **PONTO DOIS - PERÍODO DA ORDEM DO DIA;**.....

..... **PONTO DOIS PONTO UM- INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES;**

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E VINTE E UM E APLICAÇÃO DE RESULTADOS;**

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DE DOIS MIL E VINTE TRÊS;**.....

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO- PONTO DOIS PONTO QUATRO - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – NOMEAÇÃO COMO AUDITOR EXTENO DE CONTAS DA CIM REFERENTE AO TRIÉNIO**



Fernando Peixinho

2023/2025 DA EMPRESA FERNANDO PEIXINHOI & JOSÉ LIMA, SROC, LDA. PESSOA

COLETIVA N.º502525410.

..... PONTO TRÊS - OUTROS ASSUNTOS.

..... **FOI COLOCADA A VOTAÇÃO A RATIFICAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS,
TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES**

..... PONTO UM - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;

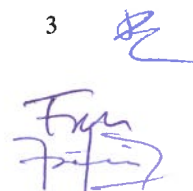
..... PONTO UM PONTO UM – ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA
REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JANEIRO DOIS MIL E VINTE
E DOIS;

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS
MEMBROS PRESENTES**

..... **PRESIDENTE DA MESA (CRISTINA RIBEIRO)** – Abriu as inscrições para intervenção no
Período antes da ordem do dia, tendo-se verificado a inscrição dos Deputados: Hugo Barreira, Júlio
Carvalho, Eduardo Malhão e Jorge Dias.

..... **HUGO BARREIRA** – Usou da palavra para manifestar a sua preocupação no que concerne ao
funcionamento do serviço de finanças de Vinhais em concreto com a obrigatoriedade de agendamento de
agendamento on-line para aceder aos serviços, bem como o facto de o atendimento presencial na tesouraria
só ser realizado uma vez por semana e condicionado marcação prévia, dizendo não ter conhecimentos se
esta situação é extensível a outros concelhos do território e salientando que tal causa grandes
constrangimentos às pessoas colocando em causa os princípios que devem estar subjacentes ao
funcionamento de serviços públicos.

Referindo-se à situação difícil dos matadouros existentes no território e com o anúncio da construção doutro
no concelho de Mogadouro, indagou se as questões relacionadas com estas infraestruturas não deveriam
ser objeto de uma avaliação e análise profundas de modo a se encontrar uma solução para os problemas que
enfrentam, assente numa estratégia comum do território.



..... **JÚLIO CARVALHO** – Interveio para questionar sobre os critérios que estiveram na base da elaboração do Catálogo dos Produtos com o selo da marca “Terras de Trás-os-Montes”, referindo que lhe parece pobre estando em falta produtos/marcas que são uma referência no território.

..... **EDUARDO MALHÃO** – Iniciou a intervenção manifestando preocupação pelo facto da Portaria n.º 103-A/2023, que estipula as regras para atribuição de apoios às empresas na área da Inovação e Transição, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2030, excluir a sub-região das Terras de Trás-os-Montes da majoração de 10% nos apoios a atribuir. Defendeu que o critério que estipula esta majoração deve ser revisto, solicitando a intervenção da Comunidade Intermunicipal nesse sentido.

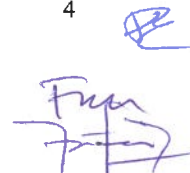
Manifestou também a sua apreensão pelo processo que está em curso tendente ao esvaziamento de funções da Direção Regional de Agricultura em Mirandela. Por último, referindo-se ao Plano Ferroviário Nacional, disse desconhecer a posição da Comunidade Intermunicipal relativamente a este assunto salientando a importância de do território ter uma posição comum e concertada na defesa da ferrovia.

..... **JORGE DIAS** – Usou da palavra para destacar a presença do Presidente da Câmara de Mogadouro na sessão, referindo importância da presença dos autarcas das Câmaras Municipais que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

..... Findas as intervenções a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para prestar os esclarecimentos necessários.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Iniciou a intervenção respondendo às questões levantadas pelo Deputado Hugo Barreira. Referindo-se ao funcionamento do Serviço de Finanças disse que esta questão deverá ser colocada à Direção Geral de Finanças, no entanto, reconhecendo a importância desta situação, será levado à próxima reunião do Conselho Intermunicipal. No que diz respeito à situação dos Matadouros salientou que esta é uma questão da responsabilidade de cada um dos municípios, que têm autonomia para definir os investimentos que consideram prioritários.

Referindo-se aos critérios que presidiram à elaboração do catálogo dos produtos disse que esta publicação se destina a divulgar, exclusivamente, os produtos e produtores aderentes ao selo da marca “Terras de Trás-os-Montes”. Salientou também que o processo de adesão tem regras e os produtos têm que cumprir o estipulado num caderno de especificações.



Relativamente à portaria n.º 103-A/2023 disse ainda não dispor de toda a informação que permita compreender a exclusão da sub-região das Terras de Trás-os-Montes do adicional de 10 p.p. na taxa de financiamento de projetos. No entanto, referiu que este tema está a merecer a melhor atenção e serão efetuadas diligências no sentido de obter explicações sobre os critérios que estiveram na base da criação desta discriminação, que numa primeira análise para uma diferenciação negativa desta sub-região quando comparada com outras que apresentam características e problemas muito similares.

No que concerne à manutenção da sede da Direção regional de Agricultura em Mirandela, referiu que devem ser envidados todos os esforços de modo a que este serviço se mantenha e até seja reforçado. Neste sentido, salientou que a Comunidade Intermunicipal está atenta e empenhada neste processo.

Quanto ao Plano Ferroviário Nacional, lembrou que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes defende uma via-férrea a alta velocidade entre o Porto e Madrid via Trás-os-Montes. Esta ligação tem prevista passagem por Mirandela, Bragança, Macedo de Cavaleiros e pela designada Terra de Miranda, com ligação à linha de alta velocidade espanhola, em Zamora. Referiu que esta solução foi desenvolvida e estudada em estreita parceria com a Associação Vale d'Ouro, salientando que foi a própria Comunidade Intermunicipal a desafiar esta associação a visitar o estudo apresentado em setembro de dois mil e vinte e um de modo a incluir no traçado a Terra de Miranda. Destacou que a esta solução apresenta uma integração territorial, permitindo minimizar os impactos ambientais na medida em que contorna o Parque Natural de Montesinho e evita o atravessamento da Serra da Culebra, classificada como Rede Natura 2000. Esta alteração de traçado representa ainda uma redução complementar do tempo de viagem para Madrid em cerca de 15 quinze minutos, estabelecendo a viagem entre o Porto e Madrid em 2h45, disse. Continuou dizendo que esta foi a posição apresentada durante a consulta pública do Plano Ferroviário Nacional e também em reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas.

..... Terminada a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, a Presidente da Mesa abriu o período de pedidos de esclarecimentos.

A Mesa registou a inscrição do Deputados: Pedro Santos, Paulo Pinto e Orlando Borges.

..... **PEDRO SANTOS** – Iniciou a sua intervenção dizendo que se percebe a estratégia de promoção da marca territorial e dos produtos aderentes, concordando com o fato de terem que existir regras para a adesão. No entanto, sugeriu que a Comunidade Intermunicipal intensifique o trabalho junto dos produtores, indo ao seu encontro.....

Prossigui referindo-se à participação de Vila Flor na edição deste ano na Bolsa de Turismo de Lisboa, integrada no stand da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, que classificou como bastante positiva. Parabenizou a Comunidade Intermunicipal pelo espaço apresentado, mas referiu ter estranhado que o território não estivesse representado no Pavilhão um, onde estava localizado o espaço da Porto e Norte, indagando qual o motivo para tal e transmitindo a opinião de que, em termos de visibilidade e frequência de público, esta localização lhe parecia mais adequada.

..... **PAULO PINTO** – Interveio para referir a necessidade de sedimentar a identidade do território e consequentemente da marca Terras de Trás-os-Montes e produtos associados, dizendo que a fasquia deve ser sempre a qualidade e o esforço deve ser o de conseguir a melhor equipa.

..... **ORLANDO BORGES** – Usou da palavra para reforçar que a marca deve ter associados produtos de excelência e que esse é o caminho que se tem que construir, reconhecendo alguns obstáculos neste processo, referido o exemplo dos vinhos do Douro que, dificilmente, quererão ter associado um selo das Terras de Trás-os-Montes.

..... Findas as intervenções a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Começou por referir que tem sido feito um trabalho exaustivo junto dos produtores para dar a conhecer o projeto da marca “Terras de Trás-os-Montes”. Disse que foram efetuadas sessões de divulgação nos diferentes concelhos, em estreita colaboração com os municípios, e que este contacto direto tem continuado a se realizado pelos técnicos da Comunidade Intermunicipal. Referiu também que concorda que este selo deve estar associado a produtos de excelência e identificativos do território, dizendo que esse é o princípio que rege o trabalho que tem vindo a ser desenvolvidos. No entanto, reconheceu algumas dificuldades, apontando como um forte obstáculo o facto de alguns produtores não terem a sua marca registada, fator imprescindível para aderirem à marca.

No que concerne à participação da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes na edição deste ano da Bolsa de Turismo de Lisboa, solicitou à Presidente da Mesa que concedesse a palavra ao Primeiro Secretário para explicar a estratégia subjacente a esta participação.

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Começou por dizer que a Comunidade Intermunicipal tem, nos últimos anos, participado na Bolsa de Turismo de Lisboa como forma de promover



Handwritten signature and initials in blue ink.

o território no maior certame de Portugal dedicado ao turismo. Esta participação aconteceu, até esta edição, integrada no Stand da Porto e Norte, localizado no pavilhão um, referiu. Entendeu-se, este ano, que era chegada a altura de testar outra forma de participação com um stand próprio, com uma área de 180m², no pavilhão dois, disse. Explicou esta opção com a necessidade de conferir maior visibilidade ao território e à marca Terras de Trás-os-Montes e esclareceu que o pavilhão um está reservado às entidades de turismo e que o regulamento da Feira não permite a inclusão de outras entidades. Salientou que a participação de forma autónoma tem um balanço muito positivo e explicou o figurino da participação, dizendo que todos os municípios se fizeram representar e que o mote para a dinamização do Stand foi o “à mesa com”, desenvolvendo conversas sobre o território e os seus produtos turísticos à volta de uma mesa com os produtos com o selo da marca “Terras de Trás-os-Montes”.

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO DOIS PONTO UM- INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM;**

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Iniciou a sua intervenção fazendo referência às principais atividades desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, no período que decorreu desde a última reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada no dia 21 de dezembro de dois mil e vinte e dois, em Bragança e constantes do documento entregue a todos os membros, que se transcreve:

“O presente documento faz referência às principais atividades desenvolvidas pela CIM no período que decorreu desde a última reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada no dia 21 de dezembro de 2022, em Bragança.

Neste período há que considerar a persistência dos efeitos da guerra na Ucrânia na vida das famílias devido ao aumento do preço dos bens e aumento da inflação, para níveis muito elevados.

Não obstante as dificuldades sentidas, os investimentos financiados pelo Quadro Comunitário PT2013/2020 tem que ser executados obrigatoriamente até ao fim do ano de 2023, data em que termina o Quadro Comunitário.

A execução do Programa Operacional do Norte (PO Norte 2020), tem manifestado uma crescente preocupação por parte da Autoridade de Gestão tendo em conta as diversas dificuldades que se têm vindo a sentir desde o ano de 2020.

Importa dar a conhecer o investimento total elegível e correspondente Fundo Comunitário aprovado para a região, nomeadamente do Programa Operacional do Norte (PO Norte 2020).

O quadro seguinte expressa todas as operações aprovadas nas Terras de Trás-os-Montes até 31 de março de 2023, por concelho, de natureza privada e pública.

NORTE 2020 - Operações aprovadas por Concelhos / Natureza do Investimento / Habitante										Data de Reporte		31/03/2023	
Terras de Trás-os-Montes	Investimento Privado			Investimento Público ou equiparado			Operações Aprobadas	Investimento Total Aprobado	Fundo Aprobado		Fundo Médio por Operação (mil€)	Fundo por Habitante	
	N.º	Investimento Total Aprobado (€)	Fundo Aprobado (€)	N.º	Investimento Total Aprobado (€)	Fundo Aprobado (€)			N.º	Montante (€)		Montante (€)	%
Alfândega da Fé	9	2 934 144	1 164 993	13	8 550 021	6 637 053	22	11 484 165	7 802 046	3,8%	354 638	4 630	1 685
Bragança	191	32 989 619	16 352 907	69	70 810 533	48 307 850	260	103 800 152	64 660 757	31,5%	248 695	33 766	1 915
Macedo de Cavaleiros	48	5 816 069	3 650 532	28	21 443 975	16 753 535	76	27 260 044	20 404 067	10,0%	268 475	14 722	1 386
Miranda do Douro	21	4 770 794	2 700 000	22	14 471 069	10 215 060	43	19 241 863	12 915 059	6,3%	300 350	7 029	1 837
Mirandela	89	9 253 743	5 500 214	44	31 761 987	23 319 851	133	41 015 730	28 820 065	14,1%	216 692	22 141	1 302
Mogadouro	40	4 066 457	2 680 717	26	18 185 637	10 873 163	66	22 252 094	13 553 881	6,6%	205 362	8 674	1 563
Vila Flor	13	821 368	583 332	21	10 403 969	7 544 459	34	11 225 337	8 127 791	4,0%	239 053	6 170	1 317
Vimioso	12	1 690 999	900 958	26	8 611 555	6 678 543	38	10 302 555	7 579 501	3,7%	199 461	4 173	1 816
Vinhais	18	1 479 366	762 954	26	9 799 625	8 161 818	44	11 278 991	8 924 772	4,4%	202 836	8 104	1 101
Não regionalizável por Conc	29	4 438 140	3 403 683	46	34 457 652	28 799 104	75	38 895 792	32 202 787	15,7%	429 370		294
Total NUT III	470	68 260 700	37 700 290	321	228 496 022	167 290 437	791	296 756 722	204 990 726	100,0%	259 154	109 409	1 874

(*o Fundo por habitante tem por base a totalidade da população do NUT III.

Com o objetivo de acelerar a execução da aplicação dos fundos comunitários foram criados, desde o ano 2020 até ao fim do ano de 2022, diversos mecanismos de facilitação que passaram pela autorização de transferência de verbas entre Programas e Prioridades de Investimento (exercício de Otimização da Execução à Escala Intermunicipal e Setorial “Soma Nula”), pelo aumento das taxas de participação e/ou do investimento elegível dos projetos públicos e associativos, aprovados ou programados e, em sentido contrário, pela descativação de compromissos e redução de investimento elegível de projetos aprovados ou programados. Procedeu-se à abertura de Avisos para contemplar operações no sistema de “Overbooking” condicionado à disponibilização de verbas.

Apesar disso, na realidade, a taxa de execução na região do Norte do Programa Operacional Regional (PO Norte 2020) continua na generalidade bastante baixa comparativamente com Quadros de Financiamento anteriores. Tendo em conta que o Quadro Comunitário termina no dia 31 de dezembro de 2023 e a data limite para os beneficiários encerrarem financeiramente ter sido fixada no dia 30 de junho de 2023, a pressão sobre os beneficiários é cada vez maior no sentido de concluírem a execução das operações e evitar a devolução de verbas à União Europeia.

Na qualidade de Organismo Intermédio do PO Norte 2020, a CIM-TTM deu continuidade às tarefas relacionadas com a análise de candidaturas, de reprogramações e consequente elaboração de pareceres e propostas de aprovação, avaliação de pedidos de pagamento apresentados pelas entidades privadas e municipais, beneficiárias do PO Norte, nomeadamente os investimentos contemplados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT).

NORTE 2020 - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial *

Data reporte: 31/03/2023

CIM	PI	Dotação PDCT (1)	Apoiada		Execução (Base Faturação)		Taxa Compromisso Efetivo (3)/(1)	Peso Fundo Solicitado e Aprovado / Dotação PDCT [(3)+(2)]/(1)	Taxa Execução (Base Faturação) (4)/(1)	Taxa Pagamento (6)/(1)	
			N.º	Investimento elegível aprovado	Fundo aprovado (3)	Fundo Executado validado (4)					Fundo pago ao Beneficiário (6)
Total PDCT - NORTE 2020		581 826 394	2661	793 285 697	590 350 717	455 862 967	445 267 768	101,5%	101,7%	78,4%	76,5%
Terras de Trás-os-Montes	PI 2.3 Aplicações de TIC	3 147 689	3	3 703 164	3 147 689	3 010 426	2 881 883	100,0%	100,0%	95,6%	91,6%
	PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas	5 197 121	16	5 857 359	5 287 061	5 042 373	4 851 254	101,7%	101,7%	97,0%	93,3%
	PI 8.3 Criação de emprego	355 559	22	329 859	280 380	74 853	91 405	78,9%	78,9%	21,1%	25,7%
	PI 8.8 Viveiros de empresas	7 783 390	116	15 431 376	7 640 638	3 417 693	3 590 498	98,2%	98,2%	43,9%	46,1%
	PI 9.1 Inclusão ativa	9 020 175	8	12 111 743	10 294 981	8 193 360	8 434 185	114,1%	114,1%	90,8%	93,5%
	PI 9.4 Lares	0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	PI 9.7 Saúde e infraestruturas sociais	6 828 689	49	8 698 105	6 934 699	3 907 526	3 888 735	101,6%	101,6%	57,2%	56,9%
	PI 10.1 Abandono escolar	5 199 945	22	6 361 233	5 407 048	3 119 081	3 518 102	104,0%	104,0%	60,0%	67,7%
	PI 10.5 Infraestruturas de educação e formação	22 832 282	25	27 324 206	22 437 383	16 493 843	15 730 594	98,3%	98,3%	72,2%	68,9%
	Total Terras de Trás-os-Montes		60 364 850	261	79 817 044	61 429 879	43 259 154	42 986 656	101,8%	101,8%	71,7%

CIM/AMP	PI	Dotação PDCT (1)	N.º	Investimento elegível aprovado	Fundo aprovado (3)	Fundo Executado validado (4)	Fundo pago ao Beneficiário (6)	Taxa Compromisso Efetivo (3)/(1)	Peso Fundo Solicitado e Aprovado / Dotação PDCT [(3)+(2)]/(1)	Taxa Execução (Base Faturação) (4)/(1)	Taxa Pagamento (6)/(1)
PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas	35 941 128	143	42 962 552	35 509 446	29 502 087	28 224 805	98,8%	98,8%	82,1%	78,5%	
PI 8.3 Criação de emprego	2 514 474	175	2 162 058	1 837 750	618 097	751 913	73,1%	74,3%	24,6%	29,9%	
PI 8.8 Viveiros de empresas	76 380 518	####	159 439 704	75 631 083	46 873 995	47 588 725	99,0%	99,0%	61,4%	62,3%	
PI 9.1 Inclusão ativa	65 317 249	77	84 799 839	72 079 863	58 618 437	60 156 354	110,4%	110,4%	89,7%	92,1%	
PI 9.4 Lares	0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
PI 9.7 Saúde e infraestruturas sociais	62 060 415	394	78 186 788	61 981 199	37 065 560	36 356 491	99,9%	100,3%	59,7%	58,6%	
PI 10.1 Abandono escolar	45 590 514	154	56 123 389	47 670 218	29 792 773	31 633 893	104,6%	104,6%	65,3%	69,4%	
PI 10.5 Infraestruturas de educação e formação	260 319 676	400	329 908 494	262 485 015	225 942 189	214 314 297	100,8%	101,4%	86,8%	82,3%	
Total PDCT - NORTE 2020		581 826 394	2661	793 285 697	590 350 717	455 862 967	445 267 768	101,5%	101,7%	78,4%	76,5%

O Quadro anterior mostra o nível de execução das diferentes Prioridades de Investimento (PI) do PDCT, à data de 31 de março de 2023.

Como resultado da aprovação dos 5 exercícios de "soma nula" realizados até ao fim do ano de 2022, a verba final do PDCT das TTM foi fixada em 60 074 570 euros.



Apesar de a CIM TTM registar uma taxa de compromisso superior à média da região Norte, apresenta uma taxa de execução inferior justificando um reforço de trabalho junto dos beneficiários de forma a melhorar o desempenho da região dado que o Quadro Comunitário termina no dia 31 de dezembro de 2023 e o encerramento financeiro das operações terá que ocorrer até ao dia 30 de junho de 2023, sob pena de os fundos terem que ser devolvidos a Bruxelas.

Com o avançar do tempo registou-se um menor impacto da pandemia Covid-19 na execução dos projetos mas o efeito da guerra da Ucrânia tem criado dificuldades acrescidas aos beneficiários devido ao aumento acentuado dos preços e ausência de concorrentes a vários concursos.

Além da responsabilidade na qualidade de Organismo Intermédio a CIMTTM tem responsabilidades acrescidas enquanto beneficiário de várias candidaturas.

Das candidaturas de que a CIM é beneficiária no PDCT é de registar a execução dos trabalhos relacionados com a concretização da operação “SmartRegion Trás-os-Montes” enquadrada na PI 2.3 – Tecnologias de Informação e Comunicação.

No âmbito das Novas Tecnologias a CIM decidiu contratar um Plano Estratégico designado de “Diagnóstico das Soluções Tecnológicas com vista à execução do Plano Diretor para a Transição Digital dos Municípios das Terras de Trás-os-Montes”.

- No âmbito do setor da Educação, área da maior importância para a CIM, a avaliar pelas avultadas verbas atribuídas às infraestruturas escolares (22 M€) e ao combate ao insucesso escolar (5 M€) 6 dos sete projetos supramunicipais foram concluídos no ano de 2022, mantendo-se em execução, até ao mês de junho do corrente ano, o projeto “Estudos monitorização e avaliação do Plano”. Neste período foi necessário proceder à contratação da deslocação dos alunos envolvidos no projeto das “Turmas Partilhadas” valor muito elevado para o qual a CIM solicitou o apoio ao Ministério da Educação cuja resposta aguardamos que seja positiva. Com o objetivo de definir, em conjunto com as Escolas e os Municípios, as ações a desenvolver no futuro, relacionadas com a promoção do sucesso escolar a CIM contratou o “Estudo para a definição de Linhas de Ação para a Promoção do Sucesso Escolar”.

Ainda no âmbito da execução das verbas contempladas no PDCT há a salientar a dificuldade sentida pelos beneficiários da PI 9.7, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS’s) e também as empresas privadas, beneficiárias das PI 8.3 e 8.8. Com as verbas destas PI, relativamente ao Sistema de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo (SI2E), na vertente FEDER foram aprovados 36 projetos o que corresponde

a um investimento de 3.014.181,16€ e na vertente FSE foram aprovados 34 projetos o que equivale a um investimento de 452.247,10€. No âmbito do Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN) com uma dotação inicial de 3.718.762,00€ e que em 2022 conseguimos reforçar por via de verbas provenientes de outras PI, ficando a P.I. 8.8 PAPN com o FEDER de 5.163.981,13€ referentes a 89 projetos aprovados.

No âmbito da execução de outros projetos, fora do PDCT, de que a CIM-TTM é beneficiária importa realçar as principais atividades realizadas durante o período em referência:

- PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos contempla 5 projetos âncora dos quais 3 são da responsabilidade da CIM, que é líder do consórcio, um da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e outro da Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (Desteque).

A nível da promoção e marketing do território foi seguida a estratégia de promoção do território através dos 118 produtos detentores da marca TTM. A este nível foram realizadas várias ações de âmbito nacional e também de âmbito regional, sendo de destacar:

- Participação no programa da Praça da Alegria, na manhã do dia 30 de dezembro, nos estúdios da RTP, no Porto. A sessão teve por objetivo fazer a promoção dos produtos com a marca Terras de Trás-os-Montes.

- Participação da CIM na XXV Feira da Caça e Turismo, XXVII Festa dos Caçadores do Norte que decorreu no período de 26 a 29 de janeiro, em Macedo de Cavaleiros. Além de stand a CIM assegurou ações de degustação dos produtos com a marca TTM, com a colaboração do Chefe António do Rosário do IEFP de Bragança.

- Representação da CIM-TTM na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), no período de 1 a 5 de março. A participação na edição de 2023 foi efetuada de forma diferente das edições anteriores na medida em que a região ocupou um espaço próprio de maiores dimensões criando condições para uma melhor promoção do território. De 1 a 5 de março, os visitantes foram convidados a sentarem-se à mesa das TTM para conhecerem os recursos turísticos da região e saborearem os produtos com o selo da marca TTM.

- Presença em quatro fins-de-semana em 4 Centros Comerciais do país (Vasco da Gama e Colombo em Lisboa; Braga Parque em Braga e no Mar shopping em Matosinhos) com um espaço de promoção das Terras de Trás-os-Montes.

De salientar a elaboração da primeira Revista Cultural Intermunicipal “Aqui há Coisa” apresentada na BTL, com a programação cultural dos nove municípios, para os meses de abril, maio e junho de 2023.

Este será certamente um trabalho de grande responsabilidade e intensidade a desempenhar pela CIM nos próximos tempos. Neste sentido a CIM contratou um novo Plano estratégico de marketing territorial para definir as ações a realizar no âmbito do PR Norte 2030.

Ainda no âmbito do Prover neste período deu-se um impulso ao projeto E-mob: Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de um projeto estruturante para promover a oferta turística da região pois faz o aproveitamento turístico da linha de caminho de ferro desativada entre Mirandela e Bragança. Faz a ligação da Terra Quente à Terra Fria com a utilização de bicicletas Todo o Terreno e potencia os percursos complementares existentes. A articulação entre o percurso estruturante e os complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território. Este projeto irá criar a maior ciclovia do país.

- A operação dedignada de Cadastra & Capacita – Implementação do Sistema de Infirmação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes tem por objetivo efetuar o registo dos prédios rústicos no Balcão Único do Prédio (EBUPI) ou seja o cadastro simplificado. A CIM é a entidade coordenadora da candidatura e os 8 municípios envolvidos são responsáveis da operacionalização. O desempenho dos municípios tem sido muito positivo sendo de destacar que no ranking nacional 3 municípios das TTM surgem com regularidade no top 10. Atendendo a que o término da candidatura é o dia 16 de junho, aguarda-se que a CCDRN informe da continuidade do apoio financeiro comunitário.

- O Plano de formação dos trabalhadores dos municípios teve um incremento significativo no primeiro trimestre do corrente ano. Várias ações de formação estão a ser realizadas envolvendo um número significativo de participantes. Terminaram os dois cursos de Pós-Graduação, ministrados pela Escola de Negócios do IPB, em Macedo de Cavaleiros.

- No âmbito da candidatura “Cultura para todos” a CIM promoveu a realização da final do primeiro Campeonato dos Jogos Tradicionais das TTM. A operação terminou no fim do ano, mas a atividade tem continuidade nos próximos anos, pois estão já agendadas as finais do Campeonato para os próximos 8 anos. Foi deliberado que o Campeonato se realize anualmente no 3º domingo do mês de junho.

- *Financiado no âmbito do POISE, o projeto DesConstruir TTM – Desconstruir Estereótipos Construir Igualdade contempla a elaboração do Planos de Igualdade em cada município. Após a realização dos diagnósticos estão a ser ultimados os Planos municipais da Igualdade.*
- *Financiada pelo POSEUR está em execução uma candidatura que tem por objetivo capacitar os municípios para realizar ações de prevenção, controlo e erradicação da Vespa Velutina. A CIM procedeu à distribuição pelos municípios de diverso equipamento de combate e destruição dos ninhos e tem também concluído o processo de contratação da monitorização da vespa velutina.*
- *A abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a CIM viu aprovada uma candidatura para instalar Espaços Cowork nos municípios de Alfândega da Fé, Mogadouro e Vinhais, num investimento total de 127 000 euros. Neste período foram elaborados os contratos de comodato com os municípios e abertos os procedimentos de contratação do equipamento.*
- *A CIM TTM é autoridade de transportes intermunicipal e também é autoridade de transporte municipal por delegação de todos os municípios com exceção do de Bragança. O setor dos transportes tem exigido da CIM um grande envolvimento e dedicação tendo em conta a complexidade do serviço e devido à necessidade de ser assegurado um serviço de transporte público de passageiros na região de qualidade e de maior cobertura. Neste sentido, dando cumprimento à legislação aplicável, foi aberto, no ano de 2021, um Concurso Público Internacional para a contratação do serviço nas TTM. Após ter obtido o parecer favorável do Tribunal de Contas foi notificada a empresa da adjudicação do serviço, tendo esta o prazo de, até março de 2023, implementar o novo sistema de transporte público de passageiros no nosso território. Recentemente e fundamentando na dificuldade de aquisição de viaturas a empresa Montes Resilientes veio solicitar uma prorrogação do prazo para iniciar o serviço no dia 1 de agosto de 2023, a qual foi aprovada pelo Conselho Intermunicipal.*
- *No âmbito dos resíduos mais propriamente no âmbito do projeto designado de “RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bioresíduos”, que o governo criou para devolver parte da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) paga pelos municípios, através de investimento, o Fundo Ambiental atribuiu às TTM uma verba de 649 550€. Para aplicar esta verba foi entendimento conjunto ser a Resíduos do Nordeste EIM, SA a apresentar uma candidatura cujo objetivo consiste na realização de um serviço de recolha de resíduos verdes produzidos nas sedes de municípios e de processos de compostagem doméstica*

e comunitária nas restantes localidades. Na Tabela abaixo pode-se verificar a desagregação por município dos elementos a adquirir e o correspondente valor.

Município	Quantidade	Descritivo	Preço Unitário (€)	Preço Global (€)
Alfândega da Fé	1	Viatura Elétrica	43 250,00 €	43 250,00 €
	50	Compostores Domésticos	50,00 €	2 500,00 €
	2	Compostores Comunitários	500,00 €	1 000,00 €
Bragança	2	Viaturas Elétricas	43 250,00 €	86 500,00 €
	1	Triturador Elétrico	56 800,00 €	56 800,00 €
	200	Compostores Domésticos	50,00 €	10 000,00 €
	10	Compostores Comunitários	500,00 €	5 000,00 €
Macedo de Cavaleiros	1	Viatura Elétrica	43 250,00 €	43 250,00 €
	1	Triturador de Verdes	20 000,00 €	20 000,00 €
	120	Compostores Domésticos	50,00 €	6 000,00 €
	5	Compostores Comunitários	500,00 €	2 500,00 €
Miranda do Douro	1	Viaturas Elétricas	43 250,00 €	43 250,00 €
	50	Compostores Domésticos	50,00 €	2 500,00 €
	2	Compostores Comunitários	500,00 €	1 000,00 €
Mirandela	2	Viatura Elétrica	43 250,00 €	86 500,00 €
	150	Compostores Domésticos	50,00 €	7 500,00 €
	10	Compostores Comunitários	500,00 €	5 000,00 €
Mogadouro	1	Viatura Elétrica	43 250,00 €	43 250,00 €
	1	Triturador de Verdes	20 000,00 €	20 000,00 €
	50	Compostores Domésticos	50,00 €	2 500,00 €
	2	Compostores Comunitários	500,00 €	1 000,00 €
Vila Flor	1	Viatura Elétrica	43 250,00 €	43 250,00 €
	50	Compostores Domésticos	50,00 €	2 500,00 €
	2	Compostores Comunitários	500,00 €	1 000,00 €
Vimioso	1	Viatura Elétrica	43 250,00 €	43 250,00 €
	50	Compostores Domésticos	50,00 €	2 500,00 €
	2	Compostores Comunitários	500,00 €	1 000,00 €
Vinhais	1	Viatura Elétrica	43 250,00 €	43 250,00 €
	1	Triturador de Verdes	20 000,00 €	20 000,00 €
	50	Compostores Domésticos	50,00 €	2 500,00 €
	2	Compostores Comunitários	500,00 €	1 000,00 €
				649 550,00 €

Para o corrente ano o Fundo Ambiental veio atribuir às TTM, para o ano de 2023, um montante de 86 914,14€. Trata-se de um valor muito aquém do esperado e longe do correspondente a 30% da TGR paga pelos municípios. A CIM contestou esta verba.

- No âmbito dos Fogos Rurais a CIM colaborou, no ano de 2022, com a Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais na elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do

Norte. Atualmente está em elaboração o Plano Sub-regional sob a coordenação da CIM para posteriormente serem elaborados os Planos Municipais.

- Participação na sessão fundacional da Sessão de criação da primeira Associação luso-galaica de produtores tradicionais (Terra) promovida pelo Eixo Atlântico, a Câmara de Vila Nova de Famalicão e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O ato decorreu no Barco de Valdeorras e a Associação tem o objetivo de promover produtos do território de elaboração artesanal e de excelência. A sede da Associação é no Barco de Valdeorras ficando os lugares de presidente, tesoureiro e secretário assumidos por produtores galegos e a vice-presidência assumida por um produtor de Famalicão e os dois vogais por produtores do território das Terras de Trás-os-Montes.

- Neste período e fruto de diversas reuniões com vários parceiros a CIM foi subscreveu as seguintes candidaturas no âmbito do Programa Interreg VI-A (POCTEP e do SUDOE):

POCTEP:

- **Infraestrutura Verde PARA LA MEJORA DE LA BIODIVERSIDAD EN EL EJE DUERO DOURO**

Lidera a candidatura a Fundación Santa María la Real (FSMLR) e conta com os seguintes parceiros, Asociación Ibérica Municipios Ribereños del Duero (AIMRD); AEI Construcción Eficiente (AEICE); Universidad de Salamanca, CIM-Douro, Associação de conservação da Natureza e do Património Rural (Palombar) e Ayuntamiento de Zamora. O valor total da candidatura é de 2.016 599,49€.

- **Agro-HUB : descubrimiento emprendedor, producciones agrarias locales y paisajes culturales.**

O beneficiário principal é a Associação Ibérica de Municípios do Rio Duero (AIMRD) e integram ainda a parceria a Junta de Castilla y León, Universidade de Valladolid, Câmara oficial de Comércio Industria Y Servicios de Zamora, Instituto Politécnico de Viseu, a CIM Douro e a CIM-TTM. O valor total da candidatura é de 1 331 819,31€.

- **ECO-CULTRAS** - actuaciones ambientales previas para la puesta en marcha del centro de interpretación transfronterizo de la sierrad Culebra e Terras de Trás-os-Montes. O beneficiário principal é o Ayuntamiento de Tábara e conta com a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O valor total da candidatura é de 432.159,20€.

- **RIDAS-T** - Rede de Investigación y Innovación para el Desarrollo Agroalimentario Sostenible Transfronterizo. Lidera o projeto o Instituto Politécnico de Bragança como beneficiário principal.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Como beneficiários: Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos (CNCFS); Associação dos Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro (APPITAD), Mirandela, Portugal; Bragança - Portugal; Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes (CVRT), Valpaços, Portugal; - Diputación de Zamora (Espanha); DO Arribes (Espanha); Fundación Rei Afonso Henrique (Espanha); Fundación General de la Universidad de Burgos (Espanha); Instituto Tecnológico Agrario de Castilla y León León (Espanha); Universidad de Salamanca.

Como sócios sem financiamento COBADU, Zamora (Espanha) e CIM-TTM, Bragança (Portugal); Proposta de financiamento global: 1.100.000 €.....

SUDOE:

*- Nome: **USE4FOREST** - Estratégia para a prevenção de incêndios na região de Sudoe através da melhoria das áreas florestais Objetivo: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos de catástrofes tendo em conta abordagens baseadas nos ecossistemas. A candidatura possui 13 parceiros financeiros e 4 não financeiros e o valor total de investimento é da candidatura é de 2.952.956,25€.....*

- Nome: An-Gel Sudoe - Aviso e controlo do risco de geadas de primavera na agricultura e Arboricultura. O valor total da candidatura é de 1.675.000,00€ e engloba 9 parceiros financeiros e 16 não financeiros, que inclui a CIM-TTM.

- Aproximando-se o início de um novo período de programação de Fundos Comunitários 2021/2027, também designado de Portugal 2030, a CIM-TTM procedeu à contratação de vários Estudos considerados estruturantes para o futuro da região:

** "Valorização do Potencial Hidroagrícola nas Terras de Trás-os-Montes".*

** "Estudo para as Abordagens Territoriais na CIM Terras de Trás-os-Montes no quadro do PT2030". ...*

** "Diagnóstico das Soluções Tecnológicas com vista à execução do Plano Diretor para a Transição Digital dos Municípios das Terras de Trás-os-Montes".*

** "Estudo para a definição de Linhas de Ação para a Promoção do Sucesso Escolar".*

** "Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes".*

- No âmbito do Quadro Comunitário 21/27 o centro da atividade da CIM neste primeiro semestre está relacionado com a identificação das principais necessidades da região e dos recursos indispensáveis para materializar as estratégias municipais e regional.

Assim foram efetuadas reuniões com os principais agentes de desenvolvimento do território com o objetivo de identificar e caracterizar os principais projetos que serão objeto de inclusão no Plano de Ação que constitui a base da contratualização de fundos comunitários no âmbito do Programa Regional do Norte 2030.

Paralelamente iniciou-se, por iniciativa da CCDRN, um processo de “negociação” da distribuição das verbas a contratualizar por CIM/AMP no âmbito dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI). Neste sentido foi efetuada, no dia 6 de março, em Baião, a primeira reunião de trabalho entre a CCDRN e as CIM/AMP com o objetivo de apresentar os critérios e cenários de distribuição das verbas do PR Norte 2030. A segunda reunião realizou-se no dia 29, em Sernancelhe, tendo o presidente da CIM TTM manifestado o total desacordo com a proposta da CCDRN. Na sequência desta reunião foi criado um Grupo de Trabalho integrando os Vogais do PR 2030 e os Secretariados Executivos Intermunicipais para ajustar a distribuição das verbas. Este grupo reuniu no dia 5 de abril, em Guimarães e verificando-se não ter havido evolução da proposta apresentada em Sernancelhe os membros do Secretariado Executivo da CIM-TTM abandonaram os trabalhos na reunião em Guimarães. O desacordo do Conselho Intermunicipal da CIM-TTM foi manifestado de novo na reunião deste órgão no dia 12 de abril e transmitida ao presidente da CCDRN que agendou reunião para o dia 17 de abril não se tendo registado evolução na proposta da CCDRN. Perante esta situação a CIM reafirmou não ter condições para assinar a proposta da CCDRN e não fazer sentido participar em nenhuma reunião do grupo de trabalho sem que o montante base seja acertado.

- No período em referência a CIM participou nas seguintes reuniões com membros do Governo:

- Reunião com o Ministro da Saúde e membros do Conselho Intermunicipal realizada no dia 19 de dezembro, na ARS do Norte. Esta reunião foi solicitada pela CIM para apresentar as principais necessidades da região no setor. O Ministro comprometeu-se a avaliar os pedidos da CIM e reunir de novo, na primeira quinzena do mês de fevereiro de 2023, no território da CIMTTM.

- Participação em reunião promovida pela Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, envolvendo todas as corporações de Bombeiros da CIMTTM, representados pelos Comandantes e Presidentes da Direção respetivos, além do CODIS, Comandante Regional do Norte e do Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil. A reunião decorreu no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, no dia 31 de janeiro.



- Reunião no dia 27 de fevereiro, na sede da CIM, com o secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco. Esta reunião com o CI foi solicitada pelo SE e teve como principal objetivo debater o Plano Nacional Ferroviário.

- Reunião de apresentação da Metodologia para a adaptação das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS), realizada no dia 8 de março, na sede da CCDRN. A reunião foi promovida pelo Secretário de Estado da Conservação da Natureza e das Florestas e contou também com a presença do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e o Presidente do ICNF.

- Participação na sessão fundacional da Sessão de criação da primeira Associação luso-galaica de produtores tradicionais (Terra) promovida pelo Eixo Atlântico, a Câmara de Vila Nova de Famalicão e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O ato decorreu no Barco de Valdeorras e a Associação tem o objetivo de promover produtos do território de elaboração artesanal e de excelência. A sede da Associação é no Barco de Valdeorras ficando os lugares de presidente, tesoureiro e secretário assumidos por produtores galegos e a vice-presidência assumida por produtor de Famalicão e dois vogais do território das Terras de Trás-os-Montes.”

..... Terminada a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, a Presidente da Mesa abriu o período de pedidos de esclarecimentos.

A mesa registou a inscrição dos Deputados: José Madalena, Pedro Santos, Paulo Pinto, Maria José Moreno e Júlio Carvalho.

..... **JOSÉ MADALENA-** Iniciou a intervenção congratulando a Comunidade Intermunicipal pela publicação da agenda Intermunicipal “Aqui Há Coisa”, referindo que a compilação dos eventos do território numa publicação contribuirá, certamente, para concertar a realização dos mesmos, evitando sobreposições. Aludindo à informação escrita questionou sobre a falta de referência ao processo de verticalização do sistema de água e saneamento, continuou dizendo que aguarda com expectativa a concretização de projetos como é o caso do estudo de “Valorização do Potencial Hidroagrícola das Terras de Trás-os-Montes”. Concluiu a intervenção manifestando o seu agrado relativamente à postura de exigência relativa às verbas do 2030.

..... **PEDRO SANTOS-** Começou por reconhecer a boa execução do PDCT das Terras de Trás-os-Montes, referindo-se aos valores adstritos à educação e empresas, que representam cerca de cinquenta por cento do valor total das verbas do Pacto, indagou sobre qual a tipologia de projetos a que se destinam.

..... **PAULO PINTO** – Solicitou esclarecimentos sobre o processo do transporte a pedido e sobre o Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, referindo que as verbas alocadas a este programa (cinco milhões de euros) o deixaram impressionado, pois, habitualmente, a educação é vista como o parente pobre. Nesta linha, atendendo à importância desta área, sugeriu que se pensasse num novo programa de combate ao abandono e insucesso escolar e com verbas ainda mais reforçadas.

..... **MARIA JOSÉ MORENO** – Fez uso da palavra para perguntar se a reunião prevista com o Ministro da Saúde tinha acontecido e quais as principais conclusões.

..... **JÚLIO CARVALHO** – Interveio para solicitar esclarecimento sobre o facto da taxa de execução do PDCT ser baixa, conforme constante na informação escrita distribuída. Referiu também que o relatório de contas também aponta para uma taxa de execução baixa, perguntando qual a razão para tal.

..... Findas as intervenções a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para prestar os esclarecimentos necessários.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** – Começou por referir que a edição da agenda Cultural Intermunicipal resulta de um trabalho colaborativo entre a Comunidade Intermunicipal e os municípios, dizendo que era um projeto acalentado há alguns anos, mas só este ano foram reunidas as condições para o concretizar. No que concerne ao processo de verticalização da água e saneamento disse que estão a avançar os estudos pelo grupo de trabalho constituído neste âmbito. Relativamente ao PDCT referiu que muitas das obras estão a ser concluídas, nomeadamente as intervenções nas Escolas e IPSS'S e que os empresários apresentam maior dificuldade na execução dos investimentos. No que diz respeito à questão levantada pelo Deputado Paulo Pinto esclareceu que o novo concessionário do transporte público de passageiros deveria ter começado a operar no dia um de março. No entanto, foi solicitada uma prorrogação do prazo para o início do contrato, fundamentada com a dificuldade na aquisição/entrega de viaturas. Esclareceu que se trata de um processo muito complexo, sendo expectável que o novo sistema de transporte público de passageiros nas Terras de Trás-os-Montes entre em funcionamento no dia um de agosto.

Deu conta que a educação é uma das prioridades no território, para além do investimento efetuado na requalificação das escolas, foram implementados projetos municipais e intermunicipais de forma dar resposta a questões como o abandono e insucesso escolar. Deu também nota que esta linha de ação vai

continuar no próximo quadro, assumindo o valor alocado à educação como um real investimento no futuro do território.

Respondendo à Deputada Maria José Moreno referiu que o Conselho Intermunicipal reuniu com o Ministro da Saúde e que obteve a garantia de que a maternidade de Bragança não encerraria. Transmitiu também que o Ministro se comprometeu a reunir em fevereiro, no território, com a Comunidade Intermunicipal, mas o encontro não se concretizou. Informou que têm estado em contacto com a Unidade Local de Saúde do Nordeste e que têm sido abertos concursos para médicos, mas que estes ficam desertos, constatando que tal é um problema estrutural.

..... Terminada a intervenção, a Presidente da Mesa abriu o período de intervenções, tendo a mesa registado a inscrição dos Deputados Pedro Santos e Maria José Moreno.

..... **PEDRO SANTOS** – Constatou que a Prioridade de Investimento 8.3. - Criação de Emprego, apresenta uma baixa taxa de execução e sugeriu que deveria ser reforçado o apoio às empresas. Prosseguiu, afirmando que a implementação de benefícios fiscais para as empresas que estão ou se fixem no interior é uma medida positiva, mas insuficiente, uma vez que há uma tendência para as pessoas e consequentemente as empresas se fixarem no litoral, dizendo que isto é incompreensível num país que tem cerca de duzentos quilómetros de largura.

..... **MARIA JOSÉ MORENO** – Iniciou a Intervenção referindo que apesar das boas infraestruturas e da boa qualidade de vida o Nordeste Transmontano está cada vez mais despovoado e envelhecido, continuou dizendo que o território não é apelativo para os jovens ou mesmo para os seniores, que após a reforma são poucos os que retornam às origens. Salientou que a falta de cuidados médicos é um dos graves problemas do território, afirmando que existem Hospitais, mas não há pessoal médico adequado às necessidades da população. Prosseguiu dizendo que as condições oferecidas ao nível de cuidados de saúde estão diretamente relacionadas com a capacidade dos territórios em fixarem pessoas e defendeu que é necessário reivindicar, junto do Ministério da Saúde, cuidados dignos para o interior. Manifestou preocupação pelo facto de os médicos existentes estarem perto da idade da reforma ou a reformar-se, de haver falta de especialistas e existirem poucos médicos recém-licenciados a quererem exercer no interior do país. A estes últimos, referiu, a qualidade de vida não lhe diz rigorosamente nada. Constatou que o problema é estrutural, arrastando-se há vários anos, devido a políticas do Governo central mal-executadas. Defendeu a necessidade de sensibilizar o Governo a desenvolver políticas para revitalizar os territórios de

baixa densidade, apresentando ideias e reivindicando medidas e criando condições para que o território se torne atrativo, não só na saúde, mas em todos os setores. Neste sentido, apontou a necessidade de promover a economia em sentido lato, o turismo, a saúde, a instalação de empresas entre outras. Terminou alertando para o dever de cuidado da Comunidade Intermunicipal de continuar a desenvolver esforços hercúlanos e tentar uma reversão neste ponto importante. Têm de existir incentivos para fixar pessoas, o território, em união de esforços com outros similares, devia criar condições neste sentido. Reconheceu que tal não é tarefa fácil, mas acredita que não é impossível se assente na resiliência para remar contra esta maré baixa que não deixa navegar.

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E VINTE E DOIS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS;**

..... **PRESIDENTE DA MESA (CRISTINA RIBEIRO)** - Concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para apresentação deste ponto.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)** - Fez a apresentação das linhas gerais do Relatório de Gestão e Contas de dois mil vinte e dois e aplicação de resultados referente ao exercício findo em dezembro de dois mil e vinte e dois.

Referiu que o orçamento da receita teve uma execução correspondente a 70,04% e a despesa apresentou uma execução correspondente a 58,87%. A contas relativas ao exercício económico de dois mil e vinte e dois foram encerradas tendo sido apresentado um resultado líquido positivo de 641.865,74€ (seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos), pelo que se propõe a seguinte aplicação de resultados: reforço do património: 609.772,45€ (seiscentos e nove mil, setecentos e setenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos) ; constituição de reservas legais: 32.093,29€ (trinta e dois mil, noventa e três euros e vinte e nove cêntimos).

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E VINTE E DOIS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS, ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES..**

.....

.....**PONTO DOIS PONTO TRÊS- ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**.....

..... Foi presente para aprovação proposta do Conselho Intermunicipal relativa ao assunto suprarreferido.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.**

A Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto. Não se tendo verificado qualquer inscrição passou-se à discussão do ponto seguinte.

.....**PONTO DOIS PONTO QUATRO - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL –NOMEAÇÃO COMO AUDITOR EXTENO DE CONTAS DA CIM REFERENTE AO TRIÉNIO 2023/2025 DA EMPRESA FERNANDO PEIXINHOI & JOSÉ LIMA, SROC, LDA. PESSOA COLETIVA N.º502525410.**

Foi presente informação relativa ao assunto suprarreferido.

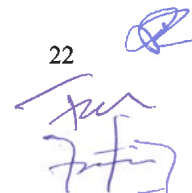
.....**COLOCADA A VOTAÇÃO PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – NOMEAÇÃO COMO AUDITOR EXTENO DE CONTAS DA CIM REFERENTE AO TRIÉNIO 2023/2025 DA EMPRESA FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA, SROC, LDA. ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO PRESENTE.**

..... **PONTO TRÊS - OUTROS ASSUNTOS**

..... **PRESIDENTE DA MESA (CRISTINA RIBEIRO)** – Abriu as inscrições para este ponto, tendo-se verificado a inscrição dos Deputados: Pedro Santos e Hugo Barreira.....

..... **PEDRO SANTOS** – Questionou se foi efetuado algum contacto ou celebrada alguma reunião com a Comunidade Intermunicipal do Douro e Alto Tâmega e Barroso tendo em vista a concertação de estratégias e conferir mais força aos territórios que integram as três CIM's

..... **HUGO BARREIRA** –Fez uso da palavra para sugerir a realização de reuniões da Assembleia Intermunicipal descentralizadas, ou seja, nos vários concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal.


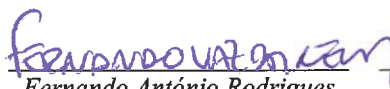



..... **PRESIDENTE DA MESA (CRISTINA RIBEIRO)** – Referiu que existe abertura para a realizar as reuniões noutros concelho, para tal é necessário garantir as condições e efetuar a proposta do local. Seguidamente, concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal.

..... **PRESIDENTE DO CONCELHO INTERMUNICIPAL (JORGE FIDALGO)**
Relativamente aos contactos com as outras Comunidade Intermunicipais diz já terem sido efetuados contactos, estando-se a aguardar a confirmação da data pelo Presidente da CIM do Douro.

..... E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos, lavrando-se a presente ata para constar.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal

 Cristina Fernandes Ribeiro	 Fernando António Rodrigues	 José António Costa Ferreira
Presidente	Vaz das Neves Vice-presidente	Secretário